

C a m p a ñ a:

## **Romper o muro... da impunidade!!!**

Durante os últimos 10 anos no México tem-se fortalecendo uma cultura da impunidade militar. Até agora não foram punidos os responsáveis por violações graves dos direitos humanos. O governo mexicano se comprometeu a cobrir as forças armadas com uma espécie de anistia. Portanto, os casos hoje como Agnes e Val, ainda continuam aberto na espera de que possa haver justiça.

Inés e Valentina são duas mulheres indígenas Me'phaa (Tlapanecas) de Ayutla de los Libres, Guerrero, no sul do México. No ano 2002, foram detidas ilegalmente, torturadas e estupradas por soldados do 41<sup>o</sup> Batalhão de Infantaria que ter sua sede da cidade de Cruz Grande.

Por falta de acesso à justiça no México, Inés e Valentina tiveram a comparecer ante tribunais internacionais, como resultado da sua luta, seu caso está agora na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte Interamericana). A audiência para Inés será realizado no próximo 15 de abril de 2010, em Lima, Peru. Para Valentina a data será conhecida em breve.

No processo de comparecer, o Centro pela Justiça eo Direito Internacional (CEJIL) e o Centro de Direitos Humanos de Montaña Tlachinollan, lançaram uma campanha "Quebrar o muro. . . da impunidade!! com o qual procura tecer uma rede de solidariedade e de adicionar vozes ao clamor por justiça para as duas mulheres.

Você também pode romper o muro da impunidade para muitas mulheres, especialmente as mulheres indígenas como Valentina e Inés para que elas não tenham que enfrentar múltiplas formas de discriminação por parte das instituições do Estado mexicano quando elas decidem enfrentar as barreiras culturais e sociedade a exigir os seus direitos fundamentais.

### **Valentina Rosendo Cantú.**

"Eu acho, sim, até então eu acho que vai chegar a justiça e vou a procurar a justiça."

(Palavras de Valentina durante a entrevista)

A tarde de 16 de Fevereiro de 2002, Valentina apenas de 17 anos, estava lavando roupa no rio perto de sua casa na cidade de Barranca Bejuco-município de Ayutla de los Libres, quando viu oito soldados do 41 Batalhão de Infantaria. Eles estavam acompanhados de um civil que tinha as mãos amarradas. Dois deles se aproximaram para Valentina e perguntaram sobre o paradeiro de Homens "capas".

Quando ela respondeu que não conhecia nenhum deles, os soldados apontaram suas armas para ela. Um dos soldados mostrou-lhe uma foto e pediu a identidade da pessoa retratada. Também mostrada uma lista de 11 nomes. Ao responder que não conhecia ninguém, o soldado que estava apontando a arma atingiu no estômago de Valentina com a coronha de sua arma, fazendo-a cair ao chão. Momentaneamente, perdeu a consciência. Logo, um soldado agarrou seus cabelos e continuou fazendo perguntas para ela. Mais tarde, os soldados disseram para ela que matariam a todas as pessoas do povo si ela não fornecia informações para eles. Finalmente, aos olhos dos outros soldados, dois deles a estupraram.

Valentina não recebeu cuidados médicos adequados. O médico do centro de saúde em Barranca Bejuco se recusou a atender a ela dizendo que "ele não queria ter problemas". Valentina foi forçada a caminhar oito horas até chegar a Ayutla onde foi atendida. Em seu diagnóstico, o médico determinou que ela só foi atingida no abdômen, não lhe foi dado medicamento e tampouco estudos foram praticados. Tempo depois, seus assessores jurídicos intervieram e Valentina recebeu atenção médica adequada e se submeteu à cirurgia.

A pesar de que Valentina denunciou os acontecimentos perante autoridades civis, passaram oito anos de esses incidentes e nenhum oficial foi julgado e punido. Ela ainda está esperando que um dia possa haver justiça.

"É muito triste saber que não haverá justiça"

**Inés Fernández Ortega**

O 22 de março de 2002, Inés preparava de água em sua casa, localizada no município Barranca Tecuani de Ayutla de los Libres, acompanhada de seus quatro filhos –de 3, 4, 5 e 9 anos, quando apareceram na porta 11 soldados. Três deles entraram à força e perguntam para ela por seu marido. Embora eles apontavam no peito com uma arma, questionado sobre a procedência das peças de carne que Inés secava no seu pátio. Eles alegaram que foi roubada. Inés não respondeu por que ela não fala espanhol. Seu silêncio enfureceu os soldados e depois eles estupraram a ela. Seus filhos assustado fugiram para a casa de sua avó procurando ajuda.

Quando os soldados marchavam e Inés fechou a porta de sua casa, ele viu como os militares roubaram a carne que representava o alimento dela e de sua família.

Inés e seu marido denunciaram os acontecimentos perante as autoridades civis, para que os responsáveis foram punidos, mas até agora o caso continua impune. Mas Inés continua com a esperança de que algum dia se possa fazer justiça.

### **Reclamações não cumpridas**

Em sua busca por justiça, Inés e Valentina apresentaram duas queixas separadas à Comisión de Defensa de los Derechos Humanos (CODDEHUM), em Guerrero, contra o exército por violação de seus direitos humanos. Por incompetência a agência

mandou os expedientes a Comissão Nacional de Defesa de los Derechos Humanos (CNDH), porque eram elementos dependentes de um órgão federal.

Para o caso de Valentina, a CNDH deremino meses mais tarde que no análise não encontrou nenhuma evidência de que ela sofreu estupro e, portanto, não havia motivo de queixa.

O registro de Inés, 28 de Novembro de 2003, a CNDH emitiu recomendação 48/2003, dirigido ao Secretário de Defesa e ao governo de Guerrero. Ao primeiro foi pedido que ele deu instruções para integrar bem a investigação preliminar fora aberta e iniciaram os procedimentos administrativos por a responsabilidade das omissões em que se incorreu o Ministerio Público Militar encarregado do processo.

Nas suas recomendações para o governo de Guerrero, a CNDH pediu iniciar procedimentos administrativos de responsabilidade por falhas e deficiências que incorreram os servidores públicos da Procuradoria Geral de Justiça do Estado na perda dos exames ginecológicos de Inés

Infelizmente a recomendação não foi atendida. Não foi iniciado nenhum procedimento administrativo aos responsáveis nem na jurisdição militar nem na civil pelas deficiências que tinham ocorrido.